

## Marginalização social na economia mineradora do século XVIII

*Daniel Gonçalves Canello*<sup>1</sup>

“Nesta terra não há povo, e por isso não há quem sirva ao Estado: exceto muito poucos mulatos que usam seus ofícios, todos mais são Senhores ou escravos que servem aqueles Senhores...”

Carta do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras<sup>2</sup>

Tendo em vista uma superficial comparação entre a sociedade da economia açucareira dos séculos XVI e XVII e a sociedade da economia mineradora do século XVIII, pode-se afirmar que a última apresenta como característica básica e diferenciadora da primeira, além do caráter urbano, a maior democratização, ou em linhas gerais, uma maior possibilidade ao acesso de riquezas por parte de pessoas com reduzidos recursos. Com a decadência do açúcar no Nordeste brasileiro cria-se, junto à incerteza do futuro da Colônia, necessidade de exploração de um novo produto, tendo em vista a superação da pobreza e das dificuldades econômicas não só coloniais como também metropolitanas no período. As dificuldades de uma possível rearticulação do empreendimento agrícola nos moldes de até então faz com que as descobertas auríferas no Brasil Meridional surjam como novas esperanças para Portugal. Assim, ao longo do Ciclo da Mineração, os esforços lusitanos são dirigidos para a atividade de maneira contínua.

Com a mineração abre-se um novo ciclo de imigrações no Brasil. Do Planalto de Piratininga sai um grande número de pessoas; do Nordeste, recursos para a exploração do ouro – sobretudo escravos – e de Portugal dirige-se para a Colônia uma considerável parcela da população, a ponto da Coroa criar leis com o intuito de barrar a movimentação rumo ao eldorado brasileiro. Acredita-se que a população de origem européia tenha decuplicado no século XVIII.<sup>3</sup> Era a busca da riqueza brasileira que movia

---

(1) Graduando – 2º ano (UNICAMP. Instituto de Economia).

(2) Cf. Souza (1985: 215).

(3) Cf. Furtado (1972: 74).

espíritos aventureiros, livres e desejosos de enriquecimento. Esse homem livre europeu, munido de iniciativa para empreendimentos encontra, através dessa sociedade mais democrática, possibilidade de êxitos, seja como fiascador ou organizador de uma lavra ou mesmo como comerciante. O ouro pode proporcionar alta lucratividade com capital fixo reduzido, lembrando que o metal é encontrado depositado no fundo dos rios (ouro de aluvião) e portanto necessita-se de constantes mudanças em busca de maior produção. O imigrante geralmente é um indivíduo de poucas posses e em muitos casos os investimentos para a sua fixação nas minas assim como os gastos com a viagem são arcados com o próprio bolso.

Porém, junto a esse novo contingente populacional e derivada da sociedade estamental da Colônia encontra-se uma classe intermediária. São sobretudo mulatos, negros, libertos, escravos fugidos e outros mestiços desprovidos de capital, marginalizados pelo sistema e que buscam, pelos escombros da Colônia, formas de sobrevivência fora do eixo principal da Economia. Essa classe constitui grande parte da população das Minas e aumenta com o rápido afluxo populacional. Tal massa oriunda dos pecúlios do novo eixo econômico colonial se constituirá como desclassificada, desprovida de uma ocupação oficializada e alcunhada pela elite da sociedade colonial, de caráter preconceituoso e autoritário, e pelas autoridades, como vadios, vagabundos, delinquentes, marginais, infratores e principalmente inaptos ao trabalho, o que traz profundas consequências para a sociedade colonial.

O comportamento inadequado aos padrões da elite do século XVIII e as próprias infrações cometidas pelo grupo (bandagem, roubos, garimpagem) são fatores que a classe dominante utiliza para classificar esse possível exército de reserva como inapto ao trabalho. Tal classificação torna-se no fundo mais um substancial meio para se justificar a escravidão no modo de produção do Antigo Sistema Colonial no Brasil. Em frases do período: “O fato... é que a atual geração de homens livres jamais se submeterá ao trabalho rude, feito até agora pelos escravos”. Referindo-se aos forros:

“Pelos traços característicos dessa raça de cor, mas livre, percebe-se que enquanto não for a mesma educada convenientemente... não lhe será fácil no próximo século executar serviços até então a cargo dos escravos” (Souza, 1985: 221).

A exclusão, uma derivada do sistema acaba por se tornar, inconscientemente e não como política oficial, uma necessidade deste, justamente quando é mais uma Justificativa para a escravidão ainda vigente no século XVIII.

Entretanto, paradoxalmente, esses “inimigos em potencial” tornam-se valiosos para a Colônia na medida em que constituem mão de obra barata e podem efetuar atividades nas quais a utilização do escravo é antieconômica ou mesmo impossível. Assim, os desclassificados são guiados para certas ocupações, e nelas acabam por se tornarem úteis, como por exemplo nas Entradas e Bandeiras, na manutenção da ordem em presídios, em obras públicas, na lavoura, na polícia particular (capangas), na fiscalização de fronteiras, na repressão de ataques indígenas, também em recrutamentos para se estabilizar algum motim quase sempre de origem negra e nas guerras contra quilombos:

“A 18 de novembro de 1773, era expedida uma ordem aprovando a organização de uma tropa de pedestres destinada a reprimir os ataques de botocudos e prender escravos fugidos; compunham-na vadios e facinorosos” (Souza, 1985: 85).

Derivam dessa dicotomia colonial de marginalizar os já desclassificados e empregá-los como força de trabalho barata, a eliminação de um possível sentimento de consciência em comum e a impossibilidade de se auto constituírem como classe organizada. Embora possa se considerar certas igualdades entre os elementos formadores da classe marginalizada, visto que são produtos do mesmo sistema, a relação intrínseca a essa população calca-se na diferença entre os próprios indivíduos. Como não existem como classe organizada, violência e atos ilícitos são corriqueiros e impedem consciência de grupo em seu interior. Assim almeja-se sempre o topo da pirâmide estamental, busca-se a condição de opressor e não a identidade com e entre os oprimidos, resultando, como consequência profunda na sociedade, em um auxílio a manutenção do status quo. Emprega-se “vadios” na destruição de quilombos e reforça-se a diferença e não a identificação desses com a massa negra; emprega-se “vagabundos” na polícia privada para manter a ordem e para duelar com mestiços arruaceiros...

Para precisar com maior exatidão as condições humanas e econômicas da maioria da população do interior do Brasil após a degeneração da Economia do Ouro é de suma importância aprofundar-se na classe desclassificada do século XVIII. A rápida involução da mineração acabou por determinar a própria decadência dos núcleos urbanos.

“Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palácios carunchosos. A apatia, a indolência do temperamento meridional, aparecia, agora, passado ao delírio da exploração mineira, e depois de dois séculos de incessantes correrias pelos sertões virgens. Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços, os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuíam. A agricultura, esquecida pelo ouro, parecia agora uma ocupação modesta demais; não inflamava as imaginações com os milagres deslumbrantes das riquezas escondidas no seio das encostas agrestes”.<sup>4</sup>

Grande parte da população mineira acompanhou as oscilações da curva de produção das minas de ouro. Em algumas regiões de produtividade mais constante sobreviveram núcleos populacionais que permanecerão com o abandono das minas. E o grande expoente desses núcleos serão os desclassificados, que tentarão sobreviver nessa nova dinâmica econômica regredida a áreas de subsistência e nelas se constituirão como povo, “... mulatos que usam seus ofícios...” para vencer a fome e a pobreza trazidas pela riqueza do ouro.

### **Bibliografia**

- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- PRADO JR, C. *História econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1962.
- SOUZA, L. M. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

---

(4) Cf. Oliveira Martins apud Simonsen (1962: 292-3).

## Anexo

Tabela 1  
Tabela populacional na decadência da mineração

Ano 1798	3.250.000 (total)
Branços	1.010.000
Índios	252.000
Libertos	406.000
Pardos (escravos)	221.000
Negros (escravos)	1.361.000

Tabela 2  
Tabela da produção de ouro no Brasil entre 1721/1820

Período	Anos	Total (kg)	Média anual (kg)
1721/1740	20	177.000	8.850
1741/1760	20	292.000	14.600
1761/1780	20	207.000	10.350
1781/1800	20	109.000	5.450
1801/1810	10	37.500	3.750
1811/1820	10	17.600	1.760

Fonte: Simonsen (1962).

A Tabela 1 mostra principalmente que o escravo não se constituía na maioria da população na decadência da mineração. A grande quantidade de indivíduos livres na Colônia agrava as condições de sobrevivência com a involução da economia.

A Tabela 2 mostra a rápida decadência da Economia Mineradora, que acarretará a expansão da área de subsistência na qual o grande expoente será o marginalizado do ouro.